

A psicologia posta em questão: contribuições de Clóvis Moura para a crítica da psicologia

Pedro Henrique Antunes da Costa¹

Resumo: No artigo, esboço uma crítica à psicologia a partir do diálogo com Clóvis Moura e de sua crítica à sociologia. Focamos em como a crítica de Moura sobre a sociologia subordinada ou subdesenvolvida brasileira serve à crítica da psicologia brasileira, considerando também o seu caráter subdesenvolvido ou subordinado. Para isso, transitamos pelos níveis de abstração da crítica mouriana à sociologia (do geral ao particular), extraindo apontamentos para uma psicologia da práxis revolucionária. Constatamos que essa práxis é marxista, pois o que Moura denomina de sociologia da práxis revolucionária é o marxismo. Porém, não um *marxismo desdentado* (e embranquecido), mas um que se atrele uma práxis radical do conjunto dos explorados e oprimidos, e dela se nutra, naquilo que ele caracterizou como práxis radical negra.

Palavras-chave: Clóvis Moura. Sociologia. Psicologia.

Abstract: In this article, I outline a critique of psychology based on a dialogue with Clóvis Moura and his critique of sociology. We focus on how Moura's critique of subordinate or underdeveloped Brazilian sociology serves the critique of Brazilian psychology, also considering its underdeveloped or subordinate character. To this end, we move through the levels of abstraction of Moura's critique of sociology (from the general to the particular), extracting insights for a psychology of revolutionary praxis. We find that this praxis is Marxist, for what Moura calls the sociology of revolutionary praxis is Marxism. However, not a toothless (and whitened) Marxism, but one that harnesses and nourishes a radical praxis of the exploited and oppressed as a whole, in what he characterized as Black radical praxis.

Keywords: Clóvis Moura. Sociology. Psychology.

¹ Professor do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB).

Introdução

No presente trabalho, esboço uma crítica à psicologia a partir do diálogo com Clóvis Moura (1925-2003) e de sua crítica à sociologia. A relevância de Moura para o pensamento social brasileiro se deve, em grande parte, ao que Farias (2019) denomina de *dupla ruptura* epistemológica (que é ontológica antes mesmo de também ser epistemológica): com o culturalismo e “uma superação por dentro do marxismo” (p. 18). Moura não só consegue apreender, na efetivação capitalista de gênese e via de desenvolvimento colonial do Brasil, os processos de dominação e reificação das pessoas negras escravizadas (e indígenas), como também aponta que estes indivíduos, tornados coisas, se (re)afirmaram humanos e se humanizaram por meio de suas próprias *práxis* (revolucionárias), sendo agentes de humanização em uma formação social desumanizante.

Nesse sentido, ele foi vanguarda quando, já na década de 1950, com *Rebeliões da Senzala* (MOURA, 2014), analisou o negro como sujeito, não como mero objeto, numa arguta e mediatizada investigação que fugiu, por um lado, do estruturalismo mecanicista, e, por outro, do particularismo histórico culturalista atomizado, relativista. Como aponta Farias (2019), os trunfos de Moura versam sobre o seu *objeto* de estudo, tomado como sujeito, e sobre o método como o apreendeu, a partir do materialismo histórico-dialético, mas buscando fugir de insuficiências e problemas decorrentes de certas leituras marxistas dogmáticas, deterministas. Dessa forma,

Moura conseguiu contrapor a historiografia conservadora nas suas vertentes eugênicas e culturalistas, bem como contrapôs a vertente mais progressista de caráter estruturalista, ainda quando da sua produção e divulgação. Por fim, antecipou a agenda da nova historiografia [o conceito de *agência*], mas sem cair num revisionismo ou abandonar as determinações gerais para um segundo plano quase irrelevante (FARIAS, 2019, p. 80).

Numa conjuntura em que ganham corpo as críticas aos campos do saber-fazer desde a periferia ou *desde abajo*, com intuítos de descolonização, acreditamos que as contribuições de Moura possam ser úteis para a crítica do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista como um todo e suas expressões na/pela psicologia, sociologia e demais ciências sociais (parcelares), justamente pelo fato de o autor ter focado em apreender as particularidades da formação social brasileira que cimentam a vida social e são concretizadas na/pela singularidade. Ademais, o caso de Moura é bastante emblemático por se tratar de um autor que, na sua vasta contribuição, não só criticou a sociologia enquanto instrumento de justificação e naturalização da sociabilidade capitalista - e desta nas particularidades da formação social brasileira -, em especial a que se institucionalizou no âmbito acadêmico, mas propôs a sua negação - num sentido hegeliano -, na forma de uma *antisociologia* ou da *sociologia de uma práxis revolucionária* (MOURA, 1978).

Aliado a isso, o presente trabalho se circunscreve a uma robusta tradição de crítica à psicologia, desde seus fundamentos e base ontológica, até às suas implicações concretas. Essa tradição, inclusive, tem importantes diálogos com o marxismo, nas suas mais variadas denominações, como o que fora desenvolvido em termos da chamada Psicologia Soviética e, mais especificamente, a Psicologia Histórico-Cultural, a chamada Psicologia Crítica, a Psicologia Sócio-histórica, a Psicologia Política, a Psicologia Social Comunitária, de suma importância no solo latino-americano, a Psicologia da Libertação, com a relevância de Ignacio Martín-Baró, dentre outras.

A partir do exposto, no presente artigo, fazemos um movimento preliminar de extração de algumas lições para a psicologia da crítica *mouriana* à sociologia brasileira. Trata-se de um recorte de pesquisa guarda-chuva que será publicada posteriormente com mais fôlego. Por isso, focamos mais em como a crítica de Moura sobre uma sociologia subordinada ou subdesenvolvida serve à crítica da psicologia brasileira, considerando o seu caráter subdesenvolvido ou subordinado. Para isso,

transitamos pelos níveis de abstração da crítica mouriana (à sociologia e à psicologia como um todo e suas particularidades no Brasil), extraindo apontamentos para uma psicologia da práxis revolucionária.

A sociologia como arma ideológica (e prática) do capital

A análise de Moura (1978) das diferentes ciências sociais decorre da sua análise totalizante à subordinação da ciência ao capital e seu caráter parcelar. Nisso, por mais que não aponte as suas armas da crítica diretamente contra a psicologia, muitas de suas críticas servem a ela. Em alguns momentos, aliás, a crítica se volta à psicologia, por mais que ele não explicita que o objeto de crítica também seja a psicologia ou esteja circunscrito a ela, como é o caso da sua crítica à “pseudo-ciência do ‘comportamento social’” (p. 13), que prevaleceu no desenvolvimento da psicologia social estadunidense.

Pode-se dizer que Moura opera em dois níveis de abstração que se inter cruzam. Um é mais geral, no qual busca dissecar (e criticar) o desenvolvimento da sociologia como ciência parcelar nos marcos do modo de produção capitalista e as suas aplicações, ou seja, o que a constitui enquanto sociologia independentemente do contexto na qual ela se desenvolve. O outro é um nível de abstração menos elevado, referente às particularidades da sociologia produzida na formação social brasileira - no qual focamos. A análise *mouriana* vai migrando de um para o outro, entendendo que o segundo encontra-se circunscrito ao primeiro, isto é, que as particularidades da sociologia no Brasil são expressões particulares da sociologia como universal. Essa relação dialética universal/geral e particular, contudo, não anula a relativa autonomia que as expressões particulares possam ter em face da totalidade, não sendo meras determinações desta, ao passo que também a produzem.

A crítica e proposta de superação da sociologia - ou, como também caracterizou, da sociologia oficial ou sociologia acadêmica - feita por Moura é uma síntese (dialética) superadora deste esforço analítico

universal-particular. Ou seja, é uma crítica superadora da sociologia e, de maneira ainda mais recrudescida, da sociologia realizada no Brasil. Logo, tal superação não será satisfeita simplesmente com a construção de uma outra sociologia, mesmo sendo ela brasileira. Muito menos este processo advirá da universidade, dos gabinetes de pesquisa, em suma, da institucionalidade acadêmica - como será argumentado.

No que se refere ao nível de abstração mais elevado, acerca da análise da sociologia como um todo, Moura (1978) destaca como a sociologia se forma “como um patamar ideológico através do qual a burguesia que havia esgotado o seu combustível revolucionário começou a se auto-analisar (após a tomada do poder político), fossiliza-se no plano dos valores da sociedade que a criou e institucionalizou” (p. 9). O autor explicita como a sociologia se consolida, isto é, se faz sociologia, passa a ser sociologia, em meio à decadência ideológica da burguesia, enquanto uma expressão desta no plano acadêmico-científico, se dissociando e autonomizando das outras ciências parcelares nos marcos da divisão social e técnica do trabalho. Tal processo não é um acaso, dizendo da gênese e da função sociais da sociologia como ciência parcelar que, ainda de acordo com Moura (1978), se transforma “em uma ideologia que faz parte dos mecanismos reguladores e controladores da sociedade burguesa” (p. 9).

Ora, cabe o questionamento sobre a própria psicologia, que se autonomiza enquanto ciência parcelar, isto é, se faz psicologia, também nos marcos da decadência ideológica burguesa, expressando-a, efetivando-a, sendo-a. Assim, a gênese e a função sociais da psicologia são semelhantes às da sociologia, dizendo respeito não só ao desenvolvimento capitalista, mas à sua consolidação como modo de produção (da vida) e, nisso, ao processo de decadência ideológica da burguesia que passa de classe revolucionária à classe dominante (LACERDA JR, 2010; YAMAMOTO, 1987). Conforme Moura (1978), “a burguesia ao tempo em que, através de uma verdadeira subversão de valores tradicionais, criava uma nova estrutura econômica, exigia dos seus ideólogos uma teoria que a apresentasse como o ponto final da evolução” (p.

25). Dessa forma, a despeito das especificidades da psicologia e da sociologia, a gênese e função sociais comuns de ambas - ou o que Moura (1964; 1978) denominou de *marca de fábrica da burguesia industrial* ou de *traumatismo de nascimento* -, permitem não só o diálogo com a análise *mouriana* acerca da segunda, mas a tomar de empréstimo algumas de suas análises e conclusões para a primeira - com os devidos cuidados e mediações necessárias para não incorrer em transposições mecanicistas e descaracterizadoras.

A sociologia subdesenvolvida e subordinada do/no Brasil

Operando num nível de abstração menos elevado e mais concreto, Moura aprofundará sua crítica à sociologia nos marcos não apenas do modo de produção capitalista, mas de suas particularidades na formação social brasileira e seu capitalismo dependente de objetivação colonial; ou seja, como o capitalismo se efetivou no Brasil e como estas particularidades se manifesta(ra)m também no desenvolvimento e efetivação da sociologia no país, da mesma forma que ela contribuiu para esta objetivação capitalista. Assim, “a Sociologia no Brasil, isto é, a Sociologia ‘oficial’ ou acadêmica, nada mais é do que um precipitado ideológico daquelas camadas da nossa população que desejam estagnar, contra as leis objetivas da história, o processo antinômico do desenvolvimento do País” (MOURA, 1962, p. 92).

Não apenas “a sociologia institucionalizada nos Estados Unidos está subordinada àquelas forças econômicas e sociais que subordinam os países chamados subdesenvolvidos” (MOURA, 1978, p. 14), como na própria “institucionalização das ciências sociais, [o] quartel-general são os Estados Unidos da América do Norte” (Idem, p. 13). Dessa forma, podemos dizer que o autor circunscreve o desenvolvimento desigual e combinado da sociologia ao desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista propiciado pelo colonialismo e imperialismo, numa dialética desenvolvimento-subdesenvolvimento da sociologia (e ciências sociais como um todo) - ou o que, na Teoria

Marxista da Dependência, se trata por *dialética da dependência* (MARI-NI, 2017).

De maneira análoga, argumentamos sobre como o desenvolvimento da psicologia no Brasil (também) expressa essa dialética da dependência (COSTA; FARIAS, 2022). Assim, “se a psicologia hegemônica nos países imperialistas é funcional ao domínio das respectivas burguesias, no caso da psicologia dependente, ela aceita o papel de sócia menor na dominação de classes nos países dependentes” (p. 344).

Moura (1978) destaca “o grau de envolvimento ideológico que o imperialismo, através de seus órgãos, exerce sobre as ciências sociais universitárias nos países dominados” (p. 17). A crítica *mouriana* em muito se assemelha ao que Martín-Baró (2011) caracterizou como *miséria* ou *escravidão* da psicologia latino-americana. Para ele, “a miséria da Psicologia latino-americana tem suas raízes em uma história de dependência colonial que não coincide com a história da colônia ibero-americana, mas com a do colonialismo do ‘garrote e da cenoura’ que foi imposto a nós há um século” (p. 184). Ao especificar a dependência colonial a partir da metáfora do “garrote e da cenoura”, Martín-Baró está falando não da invasão colonial e da colonização que se sucedeu, mas do imperialismo. Somamos a ela, a análise de Hussein Bulhan (1985), que caracteriza esta dinâmica como imperialismo na psicologia.

Talvez, a diferença mais substantiva da análise *mouriana* para a de ambos os autores reside na crítica da economia política do desenvolvimento da sociologia, sobretudo, do financiamento de pesquisas e projetos por organizações e pelo governo estadunidenses. Contudo, de maneira similar, os três autores ressaltam como essa relação desigual e combinada - cuja forma nos países dependentes é de subordinação, de dependência -, seja na sociologia ou na psicologia, se dá de maneira totalizante, ou seja, nos planos teórico e prático, com as devidas implicações políticas. Para Moura (1978), essa subordinação da sociologia brasileira “se inicia com a própria assimilação das categorias teóricas importadas e continua na sua aplicação prática e nos condicionamentos materiais para a execução dos seus projetos” (p. 17), de modo que

“todo um arsenal teórico é montado para mistificar essa realidade. E a ‘imparcialidade científica’ é invocada todas as vezes que alguém fala na força corruptora do capitalismo” (Idem, *ibidem*).

Martín-Baró (2011) aponta três causas da miséria da psicologia latino-americana, a saber: (a) mimetismo cientificista, operando por meio de *copia e cola* com relação à psicologia estadunidense; (b) ausência de uma epistemologia adequada, predominantemente por meio de positivismo, individualismo, hedonismo, visão homeostática e a-historicismo; e (c) falsos dilemas, como, justamente, a dita querela entre ciência e ideologia que Moura aponta, entre outras. Moura enfatiza a crítica ao formalismo, em contraposição à lógica dialética, e ao empirismo, numa análise amparada em Marx, Engels - e em Lukács (2020), e sua análise do irracionalismo e destruição da razão.

No entanto, como mencionado, a crítica epistemológica de Moura à sociologia é, antes de tudo, ontológica. E ao ser ontológica, denuncia a negação ontológica da pessoa negra no capitalismo, nele, em nossa formação social de gênese e desenvolvimento coloniais e, portanto, na própria sociologia. Se o “Brasil teria de ser branco e capitalista” (MOURA, 2019, p. 109), como partícipe deste processo, expressão dele e sua conformadora, a sociologia brasileira também teria de ser branca e capitalista. Como ele ressaltou: a “sociologia do negro é [...] mesmo quando escrita por alguns autores negros, uma sociologia *branca*” em que “há subjacente um conjunto conceitual *branco* aplicado sobre a realidade do negro brasileiro, como se ele fosse apenas objeto de estudo e não sujeito dinâmico [...]” (Idem, p. 32).

O universal humano, não só individualista-burguês, mas branco, ocidental (eurocêntrico) também se fez presente na sociologia, em especial na brasileira, enquanto reflexo de uma formação social de gênese e via de desenvolvimento colonial, assentada no escravismo e, mesmo após a sua Abolição - formal e inconclusa -, nas suas formas *tardias* e continuidades no/pelo racismo. No entanto, a contraposição a esta sociologia branca, na avaliação de Moura, não se dá por uma simples sociologia negra, mas, sim, por uma passagem de “uma sociologia sobre

o negro brasileiro” para “uma sociologia do e para o negro no Brasil” (MOURA, 2019, p. 35). Isso requer a consideração não só do negro como sujeito, dele como universal, constituindo-o, rompendo com a ideologia branca, isto é, com o universal branco e sua “ideologia racista racionalizada” (Idem, p. 40). Requer também o rompimento com as amarras institucionais acadêmicas (físicas e simbólicas), em direção às lutas da própria população negra que, historicamente, se mostrou resistente, insurgente, não só estudando-as, mas estando com elas, fortalecendo-as, lutando com elas.

E a ontologia de Moura, que diz do ser como ser social, não é também mero *ontologismo*, genérico, abstrato, afinal, “não se trata de uma *sociedade* abstratamente concebida, mas de uma sociedade determinada, dilacerada por antagonismos” (MOURA, 1978, p. 68). Lembramos de Frantz Fanon (2008), para quem “a alienação do negro não é apenas uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia” (Idem, p. 28). Assim, a ontologia (social) *mouriana* que fundamenta a sua crítica à sociologia, que se expressa nesta sua crítica à sociologia e a tem como um exemplo concreto, está ancorada no solo histórico no qual ela é forjada e se desenvolve. Por exemplo, ele menciona um artigo de Michael T. Klare, de 1976, em que este apresenta uma série de dados sobre financiamento de pesquisa no Brasil por e pelo governo dos Estados Unidos e mostra como os cientistas sociais eram aproveitados pelos serviços de inteligência estadunidenses, concluindo que: “outrora, a boa receita para vencer a guerrilha era ter dez soldados para cada guerrilheiro; hoje, dez antropólogos para cada guerrilheiro”.

Num paralelo atual com a psicologia: hoje em dia, para vencer a guerrilha basta ter um psicólogo - afinal, o processo de cuidado é propriedade privada não só de uma categoria profissional, mas passível de ser efetivado apenas por um profissional -, de modo que a pessoa nem chegará a ser guerrilheira, pois estará com a terapia ou com a análise em dia, com sua revolução interna em andamento. No máximo, será preciso um psicólogo e um psiquiatra para completar o processo

de prevenção contrarrevolucionária, via psicopatologização e medicalização do ódio de classe que tal pessoa possa ter, afinal, a psicologia (ainda) não pode prescrever medicação. Fazendo um paralelo com um de seus artigos críticos à sociologia, *Devoremos a esfinge antes que ela nos decifre* (MOURA, 1987), parece que não deciframos a tempo a esfinge psicológica, de modo que ela nos devorou. Porém, ainda há tempo de reverter a mordida.

Isso não significar simplesmente rechaçar a psicologia, mas apreender suas múltiplas determinações (concretas) e implicações. O que fazer, por exemplo, quanto às expressões e desdobramentos das contradições sociais agudizadas na presente conjuntura, na forma do sofrimento psíquico que assola a classe trabalhadora? Deixaremos de acolhê-la, de cuidar deste sofrimento, inclusive como passo necessário para o seu fortalecimento? Evidentemente que não é isto que defendemos aqui. Pelo contrário, ao reconhecer a(o) psicóloga(o) também como classe trabalhadora, sua práxis deve se voltar, sem, contudo, hiperbolizar, romantizar a psicologia, muito menos desconsiderar as contradições imanentes a ela como ciência parcelar e profissão autônoma nos marcos da divisão social e técnica do trabalho no capitalismo. Trata-se de agir nas e com as contradições, o que não significa concordar com elas ou aceitá-las. Neste sentido, aliás, as contribuições de Moura (1978) são ainda mais necessárias, sobretudo quanto ao que formula para a crítica da sociologia, na forma de uma antissociologia, que para ele é a sociologia da práxis revolucionária.

A partir do exposto, o autor vaticina: “a sociologia tradicional, acadêmica, especialmente em países como o Brasil, deixou de estar em crise de crescimento para começar a manifestar os primeiros sintomas de esclerose, decadência e decomposição” (MOURA, 1978, p. 19). Podemos, então, constatar que a sociologia, que emana como manifestação da decadência ideológica da burguesia, trazendo consigo este traumatismo de nascimento, não só não consegue se livrar dele, sendo ele uma condição crônica de sua existência - sendo dela e ela -, como o intensifica, adentrando num estágio de decadência da decadência.

Por uma psicologia da práxis revolucionária

Primeiramente, é fundamental esclarecer o que Moura (1978) concebe como *práxis* e, nisso, como *práxis sociológica*. Sobre a práxis, ela seria a “unidade entre as relações do homem (sujeito humano coletivo) com a Natureza e com os outros homens em termos de classe” (Idem, p. 97). Especificamente quanto à práxis sociológica, há de se ter “em vista dois aspectos que se completam e são interdependentes: a) o problema gnosiológico; b) o problema da ação social e política. O segundo aspecto tem de ser o coroamento empírico do primeiro” (Idem, p. 66).

Contudo, sua menção ao coroamento empírico não significa uma concordância com o empirismo reinante na sociologia. Pelo contrário, ao tratar do processo de produção de conhecimento, o autor intensifica sua crítica à sociologia acadêmica fundamentada sobremaneira no/pelo formalismo e, por conseguinte, no empirismo. Nessa esteira, Moura avança na crítica sobre a concepção de conhecimento (sociológico) como mero reflexo das condições objetivas nas/pelas quais os indivíduos se produzem, como se esse conhecimento fosse mera captação sensorial. Como implicações deste processo, Moura destaca a simplificação da realidade, tornando-a estática e tomando essência pela aparência, bem como os relativismos essencialistas, em que a simples vivência ou condições de vida são suficientes para a apreensão da verdade e da realidade em sua totalidade.

Demonstrando apropriação e desenvolvimento do materialismo histórico-dialético, ele argumenta a favor da dialética como método da sociologia da práxis, defendendo não apenas a indissociabilidade teórico-prática, mas que ela se oriente à transformação social, numa perspectiva revolucionária, pois científica e científica, pois revolucionária. Dessa forma, o método - aqui, enquanto movimento de apreensão do movimento do real, acompanhando-o - fundamental da sociologia da práxis seria: “[o] conhecimento e a ação, daí para novas formulações teóricas: este é o método fundamental da Sociologia da Práxis” (MOURA, 1978, p. 67).

À sociologia da práxis, que ele também nomeou de sociologia dinâmico-radical, ou de uma práxis dinâmica-radical, se opõe à práxis gradualista da Sociologia acadêmica. Caberia, portanto, à sociologia repensar a si própria como um todo, orientando-se a uma transformação radical de si própria, significando uma mudança ou salto qualitativo, resultando síntese superadora dialética. Contudo, como muito captou e explicitou Moura (1978), “essa reformulação não pode ser feita pela própria sociologia acadêmica, pois isto seria negar-se ao superar-se e fazer emergir uma outra ciência qualitativamente superior” (Idem, p. 19). Essa transformação, que implica uma crítica radical da sociologia,

gera a necessidade de uma anti-sociologia capaz de produzir esta ruptura, superando o dogmatismo acadêmico e apresentando, na sua proposta, não apenas uma nova conceituação, mas, também, novas formas de ação. Desta forma a anti-sociologia seria a negação hegeliana daquela que se apresenta como científica, ou, em última instância, a sociologia de uma práxis revolucionária (Idem, p. 20).

Não se trata, portanto, de mudança que se concretize apenas na retórica, na mera intenção ou na alteração do que é secundário, auxiliar, deixando intacto o núcleo da sociologia acadêmica ou oficial e, nisso, ela própria. Assim, tal mudança não é possível com a manutenção de uma práxis gradualista da sociologia institucionalizada na academia e, mais, pautada no formalismo e empirismo. Conforme Moura (1978):

aquilo que chama formalmente de mudança social institucionalizada nada mais é do que a introdução de maneiras e técnicas diferentes e superiores de permanência dos valores tradicionais da estrutura. Assim, o cientista social do ponto de vista estritamente tecnicista pensa que contribuiu para a mudança e a transformação gradual de um aspecto da sociedade quando, na verdade, está oferecendo elementos para a conservação do *status quo* (Idem, p. 70).

A mudança não advirá da academia, da institucionalização da sociologia, ou da sociologia institucionalizada, isto é, da sociologia acadêmica. A própria noção de acadêmico dá lugar à de intelectual - e militante - que, por sua vez, não só pode como deve, no entendimento de Moura, ser orgânico à e na classe trabalhadora, sendo um aliado em suas lutas, que passam a ser suas também. O próprio Moura foi exemplo disso - até porque sofreu processos de deslegitimação e marginalização pela academia. Uma ressalva a ser feita é que sua crítica não pode ser reduzida (e descaracterizada) a um simples rechaço da academia, que ela não pode contribuir ao processo e ao objetivo de transformação da realidade. Pelo contrário, não só pode, como deve. Contudo, é importante pontuar que a crítica à academia realizada por Clóvis Moura, a despeito de fundamental, por vezes carece de mediações. Assim, sua proposta vem “a legitimar um discurso construído fora dos muros da academia o que, em nosso ponto de vista, para além de um conhecimento militante, tem a ver com a posição ambígua de Clóvis em relação ao campo acadêmico” (OLIVEIRA, 2009, p. 134).

Da mesma forma, não se trata de uma mera aplicação dos conhecimentos científicos produzidos pela sociologia, como se o problema fosse apenas que os sociólogos não os estivessem aplicando, a partir das lacunas objetivas da profissão sociologia. Pelo contrário, por mais que a sociologia não coloque necessariamente a mão na massa - como, por exemplo, o faz a psicologia -, ela tem sido uma municidora passiva para a manutenção da ordem; seus conhecimentos e interpretações têm tido vasta e pertinente capilaridade, com inúmeras aplicações, mesmo que elas não se deem pelos(as) sociólogos(as). Em diálogo com expressão usada por Wright Mills, para Moura (1978), a sociologia tem se configurado como uma importante *conselheira do rei*.

A meu ver, o mesmo vale à psicologia, como as já mencionadas *alternativas que não alternam* no âmbito da psicologia crítica (YAMAMOTO, 1987). Por mais que há um genuíno e engajado movimento de crítica na psicologia - e que tem consolidado avanços nela como ciência e profissão -, a psicologia, ao fim e ao cabo, mesmo quando lida diretamente

com a classe trabalhadora e com boas intenções, tem sua função social na reprodução daquela força de trabalho para que ela continue a produzir - e nos marcos requeridos pelo desenvolvimento capitalista. Essa é sua contradição imanente, sem moralismos. Não há psicologia sem ela, cabendo à psicologia mediar da melhor forma possível essa contradição, algo que, por sua vez, não é irrelevante ou pequeno; pelo contrário, diz respeito ao máximo que podemos levar à psicologia no sentido de contribuição às necessidades da classe trabalhadora. Porém, a superação de tal contradição implica a superação da psicologia.

Sabemos que tal superação não é automática, instantânea, muito menos se dará por retórica, por declaração ou aclamação. Ela precisa ser efetivada, conquistada, algo que passa pelo próprio reconhecimento da classe trabalhadora como tal, para superar a sociedade de classes que se expressa, dentre muitas formas, na divisão social (racial) e técnica do trabalho, na forma da psicologia, e é reproduzida e naturalizada por ela. Logo, esta superação se dará em conjunto com a superação da sociabilidade que se expressa na/pela psicologia, evidenciando que se trata de um processo que excede a psicologia. Contudo, cabe à psicologia se questionar quanto ao que ela pode contribuir para este processo, a partir de suas especificidades, limitações e contradições.

Isso também nos leva a suspeitar e problematizar alguns discursos de crítica e, quiçá, de transformação da psicologia. Observamos com preocupação que, em alguns casos, a mudança está *localizada* na dimensão epistemológica, quando não se trata concretamente de meras operações de recortes, copiando e colando conceitos e teorias, sem as devidas reflexões e análise (críticas) ontológicas e, mais, sem *práxis* política. Eis o subjetivismo idealista tradicional da psicologia, pelo qual é o sujeito que produz a realidade. Em alguns casos, chegamos ao ponto de a *luta de classes* ser substituída pela *luta de prefixos* (*de, pós, contra* ou *anti*) como se tais mudanças fossem sinônimo de transformação da psicologia.

Para piorar, vemos nestes casos a academia ditando os termos e os rumos dos debates, num movimento evidentemente contrário ao

postulado por Moura nos marcos da sociologia da práxis revolucionária. Corre-se o risco, assim, de acreditar que a mudança da psicologia, isto é, a sua transformação - e, neste caso, nem estamos falando de sua superação -, se dá não só *por dentro* de si própria - nos marcos supracitados -, mas um âmbito interno que é sinônimo de academia, de institucionalidade. A crítica, a mudança, pois, são monopólios, propriedade privada da academia, de pesquisadores etc.

Vemos, então, que as preocupações e os apontamentos críticos de Moura não são irrelevantes, nem se resumem à sociologia. Por exemplo, de acordo com Yamamoto (2000), na análise das mudanças na psicologia brasileira não apenas como ciências, mas também como profissão - cuja regulamentação se dá em 1962 -, o que ocorreu concretamente foi um *gattopardismo*. A expressão, um neologismo aludindo ao romance *Il Gattopardo*, de Giuseppe di Lampedusa, quer dizer que “a Psicologia muda em aspectos secundários, mantendo intacto o núcleo central” (Idem, p. 227).

Em decorrência disso, acreditamos serem ainda mais necessárias as ponderações quanto às possíveis contradições do diálogo sociologia e marxismo contidos na proposta *mouriana* de superação da segunda. Moura (1978), defenderá a “política como práxis sociológica” (Idem, p. 101) ou a “práxis política como sociologia aplicada” (Idem, p. 115). No caso da psicologia, defender a política como práxis psicológica ou a práxis política como psicologia aplicada pode significar a psicologização da política.

A meu ver, a crítica *mouriana* nos ensina a relevância de crítica e atuação por dentro e por fora da psicologia. Para isso, o(a) psicólogo(a) deve se reconhecer como indivíduo da classe trabalhadora - mesmo aquele(a) que trabalha como autônomo, não sendo assalariado. Nisso, se organizar coletivamente, numa práxis política militante.

Além disso, é importante negar (ou se esforçar ao máximo para isso) a psicologia como ciência parcela incapaz de uma análise totalizante a partir somente de si, ou mesmo de responder ao que ela diz ser capaz. Ora, mesmo aqueles ditos objetos da psicologia, não são dela.

Assim, é fundamental *sair* da psicologia, até porque quem só estuda ou sabe psicologia pouco ou nada sabe da realidade. Essa saída implica o questionamento da parcialização da realidade pelas disciplinas parcelares, no sentido de tensionar ou rasurar as divisões abstratas no âmbito da produção do conhecimento e do trabalho, ao mesmo tempo que buscando aportes sobre nossa realidade em outras disciplinas e trabalhando de maneira conjunta com outras profissões. Tentamos, inclusive, demonstrar isso no presente exercício, a partir do diálogo com Moura que, em tese, está enquadrado dentro da sociologia - e da história também.

A partir disso, põe-se a necessidade da práxis, cujos momentos teóricos e práticos, ou seja, a elaboração sobre o mundo, sua explicação (e teorização), bem como o trabalho do(a) psicólogo(a) não seja também restritos à psicologia; ao que tem sido tomado por psicologia, ou como propriedade privada da psicologia. Cabe, então, ao(à) psicólogo(a) não ser psicólogo(a), por mais que seja convocado(a) a atuar como tal, sendo essa uma contradição a ser mediada. Que na sua práxis ele seja também sociólogo(a), historiador(a), assistente social, entre outros(as). Ou melhor, que ele desenvolva a sua práxis incorporando elementos que são tidos como se fossem propriedades privadas de outras categorias profissionais e, ao fazer isso, supere todas elas - e a própria psicologia. Em suma, ao ser todas elas, não seja nenhuma delas. Tomemos o próprio exemplo de Marx que, frequentemente, é caracterizado como historiador, economista etc., sem ter sido nada disso, ao mesmo tempo que foi tudo isso, afinal, o seu movimento de apreensão da realidade e sua práxis não podem ser encaixotados em uma ou outra disciplina parcelar do conhecimento.

Sair da psicologia significa também se apropriar das necessidades da classe trabalhadora, tomando-as como as necessidades a serem respondidas teórica e praticamente, ou seja, por meio da práxis. Nesse aspecto, consideramos pertinente trazer as contribuições de Martín-Baró (2011) e seu projeto ético-político de Psicologia da Libertação, por mais que ele não o tenha desenvolvido no sentido de superação

da psicologia - mesmo que dê alguns indícios. Para ele, era necessário à psicologia a elaboração de um novo horizonte, de uma nova epistemologia (que, antes, requer uma nova ontologia) e, nisso, de uma nova práxis. A diferença é que ele postulou essa nova práxis ainda como psicologia, circunscrita à psicologia, por mais que também tenha entendido e postulado que: “uma Psicologia da Libertação requer uma libertação prévia da Psicologia” (Idem, p. 196). Assim, suas reflexões são pertinentes quanto à necessidade de transformação de todo o edifício psicológico, desde suas fundações até às implicações de sua práxis.

Concordando com Oliveira (2009), essa práxis seria marxista. O que Clóvis Moura denomina de sociologia da práxis revolucionária é o marxismo. No entanto, a sociologia e a psicologia, sobretudo as acadêmicas, não serão superadas por um marxismo igualmente acadêmico, pela marxologia. Moura (1978) denomina este de marxismo desdentado, ao não aceitar “o que lhe é fundamental: a sua medula dinâmico/radical” (Idem, p. 44).

Contra este *marxismo desdentado* (e embranquecido) os *dentes* e as *mordidas* do conjunto dos explorados e oprimidos, da classe trabalhadora; em especial daqueles e daquelas que, alvos dos principais mecanismos de violência de nossa objetivação e desenvolvimento capitalistas, de negação ontológica, reafirmaram-se reiteradamente por meio de suas práxis radicais: as rebeliões da senzala, o protesto negro, os quilombos e a quilombagem. Nesse ponto, a análise crítica de Moura da sociologia - e das ciências sociais como um todo -, que resulta na sua proposição de antissociologia ou sociologia da práxis revolucionária, se encontra com a sua análise da práxis radical negra e sua sociologia da práxis negra.

Referências

- BULHAN, Hussein A. *Frantz Fanon and the Psychology of Oppression*. New York: Press, 1985.
- COSTA, Pedro Henrique A. da; FARIAS, Tadeu M. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência à (crítica da) psicologia brasileira. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 14, p. 331-360. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48030>. Acesso em: 09 out 2025.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARIAS, Marcio. *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico*. São Paulo: Dandara, 2019.
- LACERDA JÚNIOR, Fernando. (2010). *Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi*. Campinas, 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- LUKÁCS, Georg. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. “Para uma Psicologia da Libertação”. In: GUZZO, Raquel S. L.; LACERDA JÚNIOR, Fernando (orgs.), *O resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Alínea, 2011.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017a.
- MOURA, Clóvis. III Congresso Brasileiro de Sociologia. *Revista Brasiliense*, v. 41, p. 91-97, 1962.
- MOURA, Clóvis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1964.

- MOURA, Clóvis. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- MOURA, Clóvis. Devoremos a esfinge antes que ela nos decifre. O papel do sociólogo numa sociedade democrática. *Princípios*, v. 14, p. 53-60, 1987.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- OLIVEIRA, Fábio N. *Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra*. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) Universidade Federal Fluminense. YAMAMOTO, Oswaldo H. *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon, 1987.
- YAMAMOTO, Oswaldo H. A psicologia em movimento: entre o 'gattopardismo' e o neoliberalismo. *Psicol. Soc.*, v. 12, n. 1/2, p. 221-233, 2000.